



Número: **0800363-48.2019.8.20.5112**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **1ª Vara da Comarca de Apodi**

Última distribuição : **08/02/2019**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **DPVAT**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JOSE REGINALDO DE OLIVEIRA SOUZA (AUTOR)		KALYL LAMARCK SILVERIO PEREIRA (ADVOGADO)	
Seguradora Lider dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (REU)		LIVIA KARINA FREITAS DA SILVA (ADVOGADO)	
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
77098847	20/12/2021 16:27	<a href="#">Sentença</a>	Sentença

PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
**1ª Vara da Comarca de Apodi**

BR 405, KM 76, Portal da Chapada, APODI - RN - CEP: 59700-000

---

Processo nº: 0800363-48.2019.8.20.5112

Classe: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: JOSE REGINALDO DE OLIVEIRA SOUZA

REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

## **Sentença**

### **I- RELATÓRIO**

#### **Vistos.**

**JOSE REGINALDO DE OLIVEIRA SOUZA**, já qualificado nos autos, via advogado legalmente constituído, ingressou com AÇÃO DE COBRANÇA (SEGURO DPVAT) em desfavor de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, também qualificada.

Alegou-se que, em 24/07/2018, o autor vinha na garupa da motocicleta de Marca/Modelo HONDA CG FAN ESI, Placa: OJV4316, conduzida por Neurivan Costa Paiva - proprietário do veículo. Afirmou-se que vinham BR 405, contorno para o Sítio Soledade, Apodi/RN, quando foram atingidos por outra motocicleta que seguia em sentido contrário, chegando a serem arremessados ao chão. Relatou-se que do acidente resultou ao requerente escoriações diversas e fratura de clavícula, sendo atendido no Hospital Regional Hélio Marinho em Apodi/RN. Aduziu-se, ainda, que foi negado o pedido de ressarcimento perante a Seguradora.

Baseado nos fatos narrados, requereu-se a condenação da parte demandada ao pagamento de indenização por invalidez permanente no valor R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), além dos honorários sucumbenciais.

Citada, a parte demandada apresentou contestação (ID 41258987), alegando que houve pedido de indenização referente à sequela igual ao de outro procedimento administrativo, no qual já houve o ressarcimento. Frisou que inexistia invalidez permanente no caso. Ressaltou também acerca da necessidade do laudo pericial para quantificação da invalidez permanente. Afirmou que é necessária a aplicação da Lei nº 6.194/74 que alterou o valor das indenizações do seguro DPVAT. Por fim, frisou que, em caso de condenação, os juros moratórios devem incidir a partir da citação e a correção monetária desde a data da propositura da demanda.

A parte autora apresentou impugnação (ID 41988718), ratificando os termos da inicial e requerendo a realização da perícia.

Foi realizada perícia médica do autor e juntado o laudo no ID 54372499.

As partes foram intimadas e apenas a demandada se manifestou (ID 60537965)

Em razão de divergência no laudo, foi determinada a complementação da perícia, tendo sido juntado novo laudo (ID 66983567).

Após intimação, somente a requerida manifestou-se acerca do laudo (ID 67361097).

Por fim, foi apresentado laudo pericial complementar (ID 77037814).

Vieram os autos conclusos.

**É o relatório.**

**Fundamento e decido.**

## **II- FUNDAMENTAÇÃO.**

O presente feito comporta julgamento antecipado da lide, nos termos do art. 355, I, do CPC, dado que não há necessidade de produção de outras provas.

De início, é de bom alvitre destacar que o presente feito será analisado à luz da Lei 11.945, de 04 de junho de 2009, que foi precedida da Medida Provisória n.º 451, de 15/12/2008, que alterou a Lei 6.194, de 19 de dezembro de 1974, estabelecendo novas regras para a indenização relativa ao seguro DPVAT, admitindo a gradação do valor da indenização, conforme o grau de invalidez e parte do corpo atingida.

*"Art. 31. Os arts. 3º e 5º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:*

*Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:*

*(...)*

*No caso da cobertura de que trata o inciso II do caput deste artigo, deverão ser enquadradas na tabela anexa a esta Lei as lesões diretamente decorrentes de acidente e que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, classificando-se a invalidez permanente como total ou parcial, subdividindo-se a invalidez permanente parcial em completa e incompleta, conforme a extensão das perdas anatômicas ou funcionais, observado o disposto abaixo:*

*I - quando se tratar de invalidez permanente parcial completa, a perda anatômica ou funcional será diretamente enquadrada em um dos segmentos orgânicos ou corporais previstos na tabela anexa, correspondendo a indenização ao valor resultante da aplicação do percentual ali estabelecido ao valor máximo da cobertura; e*

*II - quando se tratar de invalidez permanente parcial incompleta, será efetuado o enquadramento da perda anatômica ou funcional na forma prevista no inciso I deste parágrafo, procedendo-se, em seguida, à redução proporcional da indenização que corresponderá a 75% (setenta e cinco por cento) para as perdas de repercussão intensa, 50% (cinquenta por cento) para as de média repercussão, 25% (vinte e cinco por cento) para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% (dez por cento), nos casos de sequelas residuais.*

*§ 2º Assegura-se à vítima o reembolso, no valor de até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais), previsto no inciso III do caput deste artigo, de despesas médico-hospitalares, desde que devidamente comprovadas, efetuadas pela rede credenciada junto ao Sistema Único de Saúde, quando em caráter privado, vedada a cessão de direitos.*

*§ 3º As despesas de que trata o § 2º deste artigo em nenhuma hipótese poderão ser reembolsadas quando o atendimento for realizado pelo SUS, sob pena de descredenciamento do estabelecimento de saúde do SUS, sem prejuízo das demais penalidades previstas em lei."*

Assim, não há dúvida de que o valor do seguro obrigatório no caso de invalidez permanente causada por acidente ocorrido após a vigência da Medida Provisória nº 451 (18/12/08), convertida na Lei n.º 11.945/2009 (04/06/09), seguirá a regra da gradação de valores, a qual será a adotada para a indenização, considerando a natureza dos danos permanentes, consoante tabela que foi acrescentada à Lei 6.194/74.

Ressalte-se que os referidos percentuais devem ser calculados sobre o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), uma vez que o sinistro é posterior à MP nº

340, de 29/12/2006, que foi transformada na Lei nº 11.482/07 (31/05/07), estabelecendo como teto da indenização a importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), revogando nesta parte a Lei anterior que fixava a indenização em até 40 (quarenta) salários-mínimos.

Convém acrescentar, ainda, que o art. 5º da Lei 6.194/74 dispõe que o pagamento do seguro obrigatório depende apenas da comprovação do acidente e do dano decorrente.

No caso em questão, o autor comprovou, por meio do Boletim de Ocorrência (ID 38899610), bem como pelo Boletim de atendimento de urgência do hospital (ID 38899607), ter sido vítima de acidente de trânsito.

Esclareça-se, por oportuno, que a prova da invalidez e do seu grau, bem como a comprovação do acidente pode ser feita por todo e qualquer meio de prova permitido em direito, não sendo, pois, imprescindível a juntada já na petição inicial do laudo emitido pelo Instituto Médico Legal, conforme sustentado pela parte ré em sede de contestação.

**Entretanto, não restou demonstrado nos autos o nexo de causalidade entre o aludido acidente e a invalidez permanente do demandante designada no laudo pericial.**

Ora, a petição inicial e os documentos médicos juntados pela parte autora indicam que do sinistro advieram lesões na clavícula (ID 38899617).

De acordo com o laudo pericial do ID 77037814, chegou-se à conclusão de que a lesão definitiva parcial no pé esquerdo do autor.

Entretanto, não há nenhum elemento probatório que denote que a referida lesão apontada no laudo pericial seja oriunda do acidente de trânsito, havendo clara divergência entre os documentos médicos indicados para parte autora e a lesão descrita pelo perito.

Some-se a isso que até mesmo o boletim de ocorrência policial (ID 38899610), elemento de prova imprescindível para a constatação do nexo de causalidade, está incompleto.

Com isso, não há comprovação de que a lesão no pé esquerdo do requerente tenha vínculo com o sinistro ocorrido no dia 24/07/2018.

Com efeito, é obrigação da parte autora fazer a prova do acidente e do nexo causal entre este e a sua invalidez permanente, seja total ou parcial. No entanto, repita-se, não há prova suficiente e válida a comprovar o nexo de causalidade entre a lesão periciada e o acidente. Dessa forma, não tendo o autor comprovado o fato constitutivo do seu direito, ônus que lhe competia (art. 373, I do CPC/2015), deve ser julgado improcedente o pedido inicial.

Neste sentido, destaco os seguintes julgados:

*“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. SENTENÇA QUE JULGOU PARCIALMENTE PROCEDENTE O PLEITO AUTORAL. DOCUMENTO DE ATENDIMENTO DE URGÊNCIA DO DIA DO ACIDENTE QUE DESCREVE LESÃO NA MÃO ESQUERDA. LAUDO PERICIAL QUE ATESTA DEBILIDADE PERMANENTE NA MÃO DIREITA. **INEXISTÊNCIA DA COMPROVAÇÃO DO NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE A LESÃO ATESTADA NA PERÍCIA E O ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO DESCRITO NA INICIAL. AUTOR QUE NÃO SE DESINCUMBIU DE PROVAR O FATO CONSTITUTIVO DO DIREITO PRETENDIDO. INTELIGÊNCIA DO ARTIGO 373, I, DO CPC/2015. IMPROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO AUTORAL PROVIMENTO DO APELO.**” (TJ-RN - AC: 20180004876 RN, Relator: Amílcar Maia, Data de Julgamento: 18/09/2018, 3ª Câmara Cível)*

*“APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO DPVAT. SENTENÇA QUE JULGOU IMPROCEDENTE A AÇÃO. **AUSÊNCIA DE NEXO DE CAUSALIDADE ENTRE O ACIDENTE E LESÃO NO JOELHO ATESTADA NA PERÍCIA. PETIÇÃO INICIAL E DOCUMENTOS QUE MENCIONAM APENAS TRAUMA NA FACE. PROVAS INSUFICIENTES.** INDENIZAÇÃO INDEVIDA. MANUTENÇÃO DA SENTENÇA. CONHECIMENTO E IMPROVIMENTO DO RECURSO.” (TJ-RN - AC: 20180061962 RN, Relator: Luiz Alberto Dantas Filho - Juiz Convocado, Data de Julgamento: 12/02/2019, 2ª Câmara Cível)*

*“EMENTA: SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT - ACIDENTE AUTOMOBILÍSTICO - INVALIDEZ - NEXO DE CAUSALIDADE - AUSÊNCIA - PEDIDO IMPROCEDENTE. Em autos de cobrança de cobertura decorrente do seguro DPVAT, exige-se que a invalidez denunciada tenha sido causada por acidente de veículo automotor de via terrestre, sob pena de improcedência do pedido.” (TJ-MG - AC: 10696170007780001 MG, Relator: Renan Chaves Carreira Machado (JD Convocado), Data de Julgamento: 06/11/2019, Data de Publicação: 13/11/2019)*

Destarte, não comprovado o nexo de causalidade entre o acidente e lesão descrita no laudo pericial, não há que se falar no pagamento do seguro na importância de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), consoante requerido pela parte autora.

Assim, improcedência do pleito autoral é medida que se impõe.

## **I-II -DISPOSITIVO.**

***Ante o exposto***, com supedâneo nas razões fático-jurídicas anteriormente expendidas, **julgo IMPROCEDENTE** o pedido autoral, extinguindo o feito com resolução do mérito, nos termos do art. 487, I, do Código de Processo Civil.

Condeno a parte demandante ao pagamento de custas e honorários sucumbenciais no patamar de 10% sobre o valor da causa. Entretanto, tais condenações ficarão com exigibilidade suspensa pelo prazo de 05 (cinco) anos, após o trânsito em julgado, em virtude do deferimento da gratuidade da justiça, e poderão ser executadas nesse período caso deixe de existir a situação de hipossuficiência, conforme preceitua o art. 98, § 3º do CPC.

Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Transitada em julgado, **arquivem-se os autos**.

Apodi/RN, *datado e assinado eletronicamente*.

(Assinado Digitalmente - Lei nº 11.419/2006)

**ANTONIO BORJA DE ALMEIDA JUNIOR**  
Juiz de Direito